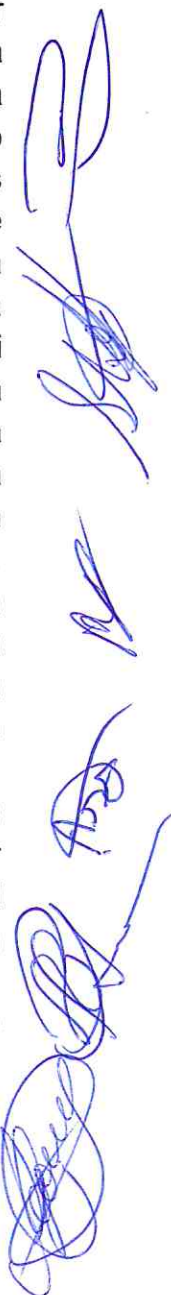


Ata nº 04 - Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Santo Antônio do Grama, realizada aos 21 (vinte e um) dias de março do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 19h (dezenove) horas. No salão nobre da Câmara Municipal de Santo Antônio do Grama, situado à Rua Dr Vicente Bretas Cupertino, nº 474, reuniram-se os vereadores da Câmara Municipal, sob a Presidência do Vereador Antônio Carlos Almeida Gomes, como Vice Presidente o vereador Aleksandro da Silva Souza e como secretário o vereador Herculano Barboza Amorim. O Sr. Presidente solicitou ao secretário que procedesse a chamada dos Vereadores presentes para verificação do "Quórum Regimental". Constatou-se a presença dos Vereadores Aleksandro da Silva Souza, Antônio Carlos Almeida Gomes, Herculano Barboza Amorim, Jairo Henrique Simão, José Do Carmo Dias Pereira, Júlio César Russo Lima, Marcilo de Melo Ventura, Ronildo Caetano Ribeiro e Sebastião Carlos Lopes. O Presidente verificou o número legal de vereadores presentes e declarou aberta a sessão em nome de Deus e do Povo de Santo Antônio do Grama. Em seguida o Presidente solicitou ao Secretário que fizesse a leitura da ata da reunião ordinária do dia 07 de março de 2017. O presidente colocou a ata em discussão. O presidente colocou a ata em votação. A ata foi aprovada por unanimidade. O presidente convidou a Secretária de Saúde para fazer o uso da palavra livre em plenário. O vereador Ronildo informou ter solicitado a presença da Secretária de Saúde devido às várias reclamações quanto a manutenção dos veículos da saúde, citando que existem alguns com bancos soltos, veículos funcionando somente com um farol, outros com porta amarrada com corda e veículos sem freio. O vereador disse ter tomado conhecimento que quem faz a manutenção dos veículos na policlínica são os próprios motoristas. A secretária informou que tais veículos estavam mesmo com alguns problemas, mas que foi contratado agora um funcionário, o César, para vistoriar os carros e que já houve uma melhora nesse caso, mas ressaltou também mais cuidado da população, não jogando lixo nos veículos. O vereador Herculano questionou a Secretária de saúde sobre a higiene dos carros, em lavá-los na garagem municipal. Segundo o vereador, a Prefeitura deveria dar o bom exemplo, afirmando que aquele local não é apropriado para lavar os veículos. Informou ainda que os carros da saúde são veículos que transportam pacientes com todo tipo de problemas. O vereador Herculano lembrou que foi feito uma estrutura na policlínica, uma ducha, e que não funcionou, sendo que a mesma não custou barato, alegando que a idéia do lavador naquele local foi errada. Sendo assim, o vereador Herculano pediu a Secretária que busque soluções para que isso não aconteça, pois o local que se lava carros deverá ser licenciado por órgãos públicos competentes e o local da garagem é um local onde os servidores da Prefeitura pegam serviço, alunos da zona rural transitam nesse local e pegam o ônibus. Mais uma vez o vereador Herculano informou que não é correto lavar nenhum veículo na Garagem Municipal, principalmente veículos da saúde. O vereador afirmou ainda que se na reunião estivesse a Secretária de Educação, iria falar sobre a questão dos ônibus, mas falou sobre



os veículos da saúde. Novamente afirmou que as ambulâncias carregam todo tipo de paciente e não podem ser lavadas na Garagem Municipal. A secretária de saúde disse que iria procurar informar o que poderia ser feito para mudar a lavagem de veículos na garagem. Informou ainda que na policlínica, o que eles fazem é jogar uma água para tirar a poeira grossa dos veículos. Que muitas das vezes eles chegam de alguma roça e tem quer ir direto pra Ponte Nova. O vereador Ronildo questionou a Secretária sobre a falta de medicamentos na Farmácia Básica. A secretária disse que mandou um ofício para o Presidente solicitando a fala da farmacêutica na Palavra Livre, mas por causa do prazo já esgotado para inscrição, a farmacêutica Cristiane não pode falar, mas que na próxima reunião ela iria comparecer. A secretária respondeu que não estão faltando medicamentos. Disse ainda que os medicamentos que a Farmácia Básica oferece são medicamentos básicos. Afirmou ainda que de um total de 80 medicamentos solicitados, chegam a faltar entre 26 a 30 tipos de medicamentos e que esses que faltam são medicamentos essenciais, a exemplo dos medicamentos para o tratamento da epilepsia. Disse que são medicamentos que o governo e a prefeitura em contrapartida ajudam e trazem para o município. Segundo a secretária os medicamentos de alto custo são medicamentos que a Prefeitura compra para ajudar as pessoas com mais necessidade, com doenças crônicas. A secretária pediu autorização para que a farmacêutica falasse. A secretária informou que a farmacêutica havia trago dados importantes do município. A Secretária disse ainda que quando o médico passa medicamentos específicos, que não fazem parte da lista do governo, não tem como ter na farmácia. O presidente questionou a Secretária se tem um método para as pessoas carentes adquirirem medicamentos de alto custo. A Secretária respondeu que fazem avaliação do caso, juntamente com a Prefeitura, assistência social, farmacêutica e o jurídico municipal, mas que para as doenças crônicas do município não faltam medicamentos, sendo esses os mais caros. O presidente questionou novamente se pessoas carentes que não tem condições de comprar medicamentos se a Prefeitura tem condições de ajudar. A Secretária informou que sim, tendo em alguns casos que elaborar projeto para Câmara, pois há pessoas que tomam medicamentos caros para o resto da vida. O vereador Sebastião Carlos questionou a Secretária sobre a cirurgia de catarata. Disse que têm muitas pessoas na fila de espera. A Secretária respondeu que tem mais de 40 cirurgias aguardando portarias do governo e tem um ano meio que o governo não libera. Disse também que enviou um e-mail para o Conselho de Secretarias de Minas Gerais, tendo tal Conselho solicitado à Secretaria a demanda de cirurgias do município. Segundo a Secretária, o Conselho afirmou que no final de abril a inicio de maio irão abrir uma portaria para o mutirão de catarata. A Secretária informou que não há outra forma de pagar essas cirurgias e que assim que sair a portaria o município estará liberando as cirurgias. O vereador Ronildo questionou quantas psicólogas há no município. A Secretária respondeu que há uma no CRAS que trabalha com as famílias e uma na policlínica que faz atendimento individual. O

vereador Ronildo questionou novamente se há psicóloga atendendo na policlínica, e a secretária respondeu que não, mas que a psicóloga do município que estava atendendo em Rio Casca estaria retornando para o município no dia três de abril para atendimento. A secretária informou que como não houve processo seletivo a psicóloga que estava no município não pode ser recontratada. O vereador Ronildo questionou a secretária sobre a hipótese do paciente não encontrar o tratamento no município, como o caso do filho do Sr. Geci, que tem que fazer tratamento fora da micro região e que antes a policlínica o levava, mas agora não mais fornece o transporte. A secretária respondeu que esse mês não pôde levá-lo porque a GRS informou não ter vínculo com a cidade onde ele está fazendo o tratamento. Disse ainda que quando o paciente faz tratamento fora da nossa micro região a situação é outra, mas que a criança faz tratamento em Belo Horizonte e é levado todas as vezes. A Secretária pediu para que o Sr. Geci procurasse a policlínica para maiores esclarecimentos. O vereador Jairo disse que trabalha na reciclagem há muitos e solicitou da secretária uma medida a ser tomada porque na Usina Reciclagem recebe muitos medicamentos descartados pela população, alguns em bom estado, às vezes nem vencidos. Comentou que há falta de medicamentos para uns e outros descartando. A Secretária respondeu que desde que começou a trabalhar tem feito campanhas para recolhimento de medicamentos e pediu a ajuda dos vereadores e da população para divulgação da importância de se recolher esses medicamentos não usados. O vereador Júlio questionou se o recolhimento de medicamentos não seria função das agentes de saúde. A secretária respondeu que sim e que elas recolhem os medicamentos, entregam a farmacêutica e o que está faltando é divulgar mais para a população, conscientizando-a. O vereador Sebastião agradeceu os bons serviços prestados pelos funcionários da saúde, parabenizou a farmacêutica Cristiane, bem como o enfermeiro William, ambos pelo bom atendimento prestado à população. O vereador Herculano informou que várias dúvidas forma tiradas sobre a Farmácia Básica. Parabenizou ainda a farmacêutica pelo seu trabalho a frente da Farmácia de Minas e afirmou ter ficado bem claro sobre quais medicamentos a farmácia fornece. O Presidente disse que as dúvidas foram tiradas, e ele não vê a necessidade da farmacêutica estar vindo novamente, mas se quiser vir às portas estarão abertas. A farmacêutica pediu a palavra e o plenário concedeu. A farmacêutica agradeceu os elogios e esclareceu que quando a secretária disse que faltam 20 medicamentos na farmácia, não é que faltam, mas que já vieram faltando da lista do governo. Informou ainda que a população reclama que na Farmácia Básica não encontra medicamentos da Farmácia Popular, porém como tem na Farmácia Popular do município o medicamento gratuito, priorizam comprar outros medicamentos para melhor atender a população. Disse ainda que antes a verba que vinha era TCE do Estado e agora são TCM. A verba para compra de medicamentos vem para o município. Disse que vai dar mais trabalho, mas vão faltar menos medicamentos e que isso vai acontecer a partir de julho. A secretária



esclareceu sobre os cachorros doentes na cidade. Informou que um cachorro que estava muito doente teve que ser internado em Matipó e o tratamento ficou em R\$ 1.879,45, mas já está melhor e se encontra na policlínica para adoção. Disse ainda que precisa de uma solução para os cães nas ruas, mas o custo é muito alto para a cidade, que não tem condições de construir um canil. A Secretária afirmou ter ligado esses dias para a Regional para se inteirar de um programa chamado "castra cães" que e vai tentar conseguir esse programa para a cidade. O presidente questionou sobre outro cachorro doente. A Secretária disse que estava tão doente que acabou morrendo no local. O vereador Alexsandro quis saber como ele morreu. O vereador Sebastião disse que ficou sabendo que morreu enforcado e ficou muito aborrecido. A secretária pediu a palavra para a funcionária Tamires explicar melhor sobre a morte do cachorro e o plenário liberou. Tamires explicou que o cachorro foi preso. Que foi colocado nele um cambão e que os funcionários o deixaram na garagem e foram até a policlínica organizar para levá-lo à Matipó e quando retornaram a corda estava um pouco maior do que devia, e o cachorro acabou se enforcando. O vereador Sebastião questionou se o cachorro suicidou. A secretária disse que ele tentou fugir e se enforcou. A funcionária Tamires pediu a ajuda dos vereadores para a construção de um canil na cidade ou ter a castração. O vereador Herculano disse que cachorros doentes de rua é questão de saúde pública sim. Falou do tratamento do cachorro citado acima que para muitos pode ser caro, mas é melhor a prevenção do que os gastos depois com a população que corre riscos de contaminação por doenças transmitidas pelos cachorros. Cobrou investimentos e qualificação dos funcionários para lidar com o problema. Disse ainda que o município não tem demanda para construir um canil. O vereador Alexandro comentou que foram encontradas larvas contaminadas de dengue na cidade e sugeriu que fossem colocadas faixas educativas na cidade alertando a população. A secretária respondeu que houve capacitação de funcionários na semana anterior à reunião e que a cidade é infestada. Que tem muitos lotes sujos e que vem notificando. Que há muito lixo e a população não coopera. Informou que irão começar as campanhas, porque esse ano o risco será maior que em anos anteriores. A farmacêutica entregou a relação de medicamentos encontrados na farmácia básica para os vereadores e disse que a maioria da população leva medicamentos até lá para doação e que as agentes de saúde também recolhem os medicamentos. Lembrou ainda que é muito importante a doação de medicamentos. O Presidente Antônio Carlos agradeceu a presença da secretária. Ato seguinte: O Presidente convidou a prefeita para fazer o uso da palavra. A prefeita esclareceu que sempre se prontificou atender o filho do Geci da melhor forma possível, mas que a iniciativa do Sr. Geci em procurar o médico homeopata em Tarumirim foi uma demanda espontânea. Afirmou ainda que os médicos que fazem o tratamento da criança em Belo Horizonte foram totalmente contra a iniciativa de procurar o médico homeopata. Comentou ter recebido na semana anterior a visita do pessoal da GRS e que foi colocado que

a cidade de Santo Antônio do Gramma está investindo muito além na saúde, não podendo continuar. Orientou ao Sr. Geci que procure o médico responsável pelo tratamento da criança em Belo Horizonte e que este o indique um homeopata de lá, assim a Prefeitura poderá estar levando. Com relação a falta de medicamentos, a prefeita disse que a cidade possui uma lista maior de medicamentos do que das cidades da região. Que o que está acontecendo é que a Farmácia Popular possui medicamentos gratuitos, não havendo necessidade de o município estar comprando tais medicamentos para distribuir na Farmácia de Minas. A prefeita comentou também que várias reuniões já foram feitas com prefeitos da região para buscar solução para os problemas relacionados aos cachorros de rua. Dando seguimento a sua fala, a Prefeita comentou a forma como foi colocada em pauta o projeto da última reunião. Informou ter achado super irresponsável. A prefeita comentou que fizeram uma reunião no dia 02 de março na Câmara com os vereadores Alexsandro, Antônio Carlos, Herculano, Jairo, José Do Carmo, Júlio, Marcilo, Dr Marcus advogado da Câmara e Dr. Marcos Antônio jurídico da Prefeitura e a própria Prefeita. Que foi discutido o projeto do Código Tributário onde todos deram opiniões e tiram as dúvidas. A prefeita lembrou a fala do vereador Herculano em que o mesmo citou que tudo na cidade as pessoas tem procurado a prefeitura. Disse que o Código Tributário tem importância fundamental para organização tributária do município e que não é só taxa para pagar. O parecer no final da reunião foi do Dr. Marcus que mostrou que o Projeto não se tratava de cobrança de Taxa de Iluminação Pública. A prefeita disse ter achado uma falta de respeito com a pessoa dela e que enviou um ofício na data da votação explicando que no Projeto não tinha a Taxa de Iluminação Publica. Falou que em momento algum estava se tratando de Taxa de Iluminação Pública. Disse ainda que temos que trabalhar em prol do município, não podendo enganar o povo. Que todos tem a liberdade de votar, desde que seja respeitado o que está no projeto. Falou que a população tem que estar ciente do que contém o projeto e isso não aconteceu. Comentou que o oficio enviado não foi lido na reunião tendo ficado muito chateada. Que não gosta de enganar ninguém. O Presidente Antônio Carlos questionou a prefeita o porquê dela não ter vindo a Casa ano passado para discutir o Projeto, tendo tal projeto entrado na pauta da legislatura anterior. Disse ainda que o vereador Júlio, ex-presidente falou que ele (Presidente Antônio Carlos) tinha que aprovar o Projeto e a prefeita não tinha como retirá-lo, pois estaria omitindo receita. A prefeita disse que não foi votado antes, pois tinha vista de um vereador. O vereador Júlio disse que o vereador Herculano tinha pedido vistas. O presidente Antônio Carlos disse que na reunião do dia sete de fevereiro entraria com o Projeto, mas entraram em consenso e decidiram entrar na reunião seguinte, podendo assim os novos vereadores avaliar melhor o Projeto. Disse ainda que foi na reunião do dia dois que foi colocado que não tinha a Taxa de Iluminação Pública e que achou que nesse dia a Prefeita iria retirar a citada Taxa e enviar novo Projeto. O vereador Júlio perguntou ao advogado Dr. Marcus se tem um artigo na Constituição

Ygorcino Filho

[Handwritten signatures in blue ink]

Federal que tem que cobrar a Taxa de Iluminação Pública e a Prefeita pode enviar o projeto sem a cobrança da Taxa de Iluminação Pública. O advogado Dr. Marcus respondeu que tem que enviar um projeto específico da cobrança de Iluminação Pública. Disse que no Projeto não tinha a Taxa de Iluminação Pública. O vereador Sebastião falou que não foi na reunião, pois teve seus motivos e que o Projeto tem muitas coisas boas, e que tinha que ter tirado a Taxa de Iluminação Pública. O vereador Herculano falou que foi irresponsável ter mandado o projeto na última reunião ordinária do ano, pois seis vereadores estavam saindo e ele pediu vista na Comissão de Finanças. Disse também que a Constituição Federal é bem clara. Que realmente no projeto não estava instituída a Taxa de Iluminação Pública, mas ela estava instituída como um tributo, ou seja, passava a fazer parte do sistema tributário e que depois estaria dando abertura para vir uma lei complementar, regularizando quanto iria cobrar. O vereador Herculano deixou bem claro que na Constituição Federal, a Contribuição de Iluminação Pública tem caráter facultativo e que no Código Tributário do Município ela passava a ter caráter obrigatório. A prefeita disse que está a 35 anos trabalhando com o público e falou novamente que não foi explicado para a população do que se tratava o projeto e todos acharam que era projeto de cobrança de Taxa de Iluminação Pública. Perguntou ao advogado se estava sendo cobrada Taxa de Iluminação Pública no projeto e ele respondeu que não. Manifestou que ficou muito chateada. Disse ter que trabalhar para o bem do município, câmara e prefeitura juntas. O presidente Antônio Carlos disse que no seu mandato haverá transparência total e que está trabalhando em prol da população. Disse que o que não for para favorecer o povo ele não vota, estará sempre a favor do povo. A Prefeita disse que não está discutindo se votaram contra ou a favor, mas que está discutindo que foi passado para a população que no Projeto constava que iria cobrar a Taxa de Iluminação Pública e que a população está só cobrando dela. O presidente Antônio Carlos questionou se o Código Tributário interferia em alguma coisa para a população. A prefeita respondeu que no Código Tributário tem muitas coisas boas para o município. O presidente questionou se o ITBI já existe tendo a prefeita respondido que sim. O presidente Antônio Carlos questionou então que o caso era aumentar o índice de cobrança do ITBI e ela disse que sim. A Prefeita disse novamente que o Projeto tinha que ter sido discutido na reunião. Afirmou estar aqui para aprender. Pediu respeito com a pessoa dela e a população e também respeito com a prefeita do município. Falou que tem pavor de mentiras, e que em momento algum trouxe cobrança de Taxa de Iluminação Pública. O vereador Herculano disse que no Projeto não tinha a Taxa de Iluminação Pública, mas que já instituída a contribuição, mudando apenas o nome de taxa para contribuição e que no ano de 2013 esse Projeto veio com a mesma contribuição de Iluminação Pública incluso, mas alguns vereadores da época questionaram e foi retirado antes mesmo do projeto entrar em pauta, voltando novamente sem a Contribuição de Iluminação Pública. Informou que agora o Código veio com a contribuição e que de

imediatamente não iria cobrar, mas que depois viria uma lei regulamentando para cobrar. A prefeita disse que para cobrar a Taxa de Iluminação Pública tinha que enviar uma lei específica para a Câmara. Falou ainda que somente o município de Santo Antônio do Gramma e Piedade que não cobram a Taxa de Iluminação Pública. O vereador Herculano questionou a contribuição, e que se amanhã a Prefeitura instituir o imposto, exemplificou como no projeto do concurso público. Que não votaram o concurso, que votaram os cargos que irão compor o concurso, ou seja, era uma rotina que a Câmara tinha que aprovar. Era uma parte que faltava e dependia da Câmara. Disse que instituída a contribuição de Iluminação Pública como um tributo, depois viria regulamentando. Quanto à postagem na rede social disse que a Prefeita deveria ter postado o Código Tributário completo. Que ninguém usou de picuinhas políticas para rejeitar o projeto, sendo que dois vereadores da base de apoio à prefeita também rejeitaram o Projeto. A prefeita disse que não domina ninguém e o que existiu foi uma má fé e que o advogado da Câmara não explicou que no Projeto não tinha a Taxa de Iluminação Pública. Afirmou estar descontente e que está a disposição para explicar o Código Tributário. A Prefeita disse que todo município tem que ter o Código Tributário e que veio para esclarecer. Que não enviou o Projeto para cobrar a Taxa de Iluminação Pública. Disse que se depois vier uma lei cobrando depende dos vereadores para votarem, e o amanhã a Deus pertence. O vereador Alexsandro questionou que tem um cidadão que cata papelão na cidade tendo o mesmo sido proibido. O Presidente completou dizendo que o funcionário Donizete falou com o catador Derson que o vereador Júlio disse que na última reunião da Câmara os vereadores estão brecando o catador a trabalhar com a catação de papelão. Explicou que esteve com o motorista Donizete e que não houve essa conversa e ainda afirmou que não houve nada disso em plenário. O vereador Júlio disse que se Donizete falou que houve isso em plenário, falou mentira. Ele falou para Donizete que os vereadores estão olhando cachorros, olhando tudo que a Prefeita faz que a qualquer momento irão questionar que o Donizete está parando caminhão de lixo para Derson retirar lixo. Que os vereadores estão olhando o que o vereador Júlio anda fazendo, se anda de carro e até ajudando na administração. O Presidente disse que não está questionando quem trabalha, que tem mais coisas para olhar na cidade. Falou ainda que se tiver que denunciar que denuncia e de preferência avisa antes, que não faz nada escondido, que é muito transparente. A Prefeita disse que se a denúncia for verdadeira, não tem nada haver, mas ressaltou do cuidado com conversas diversas. Que do mesmo jeito que chega para os vereadores, chega para ela, conversas distorcidas. Que tem que procurar se informar antes como o caso do cachorro. O presidente questionou se o lavador de carros na porta da garagem é legal. A prefeita disse que ele é para tirar o básico. Que para lavagem completa é feito a licitação dos serviços. Afirmou ainda que o lavador da policlínica vai dar continuidade sim. Que quando os vereadores tiverem algumas dúvidas, passem uma noite ou um dia na policlínica para verem como


funciona. Que não deu continuidade na obra da policlínica por dois motivos: Primeiro quer fazer um serviço melhor e segundo, vão tentar montar um centro de convivência, mas que é de extrema importância ter um lugar para jogar uma ducha nos carros. Que só quem é motorista sabe o que é andar no carro sujo. O vereador Alexsandro questionou novamente se o catador Derson pode continuar a catar o papelão. A Prefeita disse que não sabe. Que tem que olhar porque isso deve ser proibido. Ela completou dizendo que ele não pode pegar do caminhão da Prefeitura. Que nas portas das casas ele pode pegar sim. Que se ele retirar do caminhão estará tirando receita do município. O Presidente Antônio Carlos disse que o catador o questionou que tinha que abrir uma empresa, mas o Presidente acha difícil um catador abrir uma empresa. A prefeita disse que só se ele se interessar pelo lixo do município. O vereador Sebastião disse que o governo esta regulamentando a profissão de catador. A prefeita disse novamente que ele não pode retirar o lixo do caminhão da Prefeitura, mas nas portas pode sim. Pediu aos vereadores que sejam transparentes. O vereador Herculano questionou que o vereador Júlio disse que tem vereadores vigiando o que está acontecendo, como ele está ajudando a prefeita. Disse que foi solicitado pelo vereador Ronildo na ultima reunião um ofício pedindo informações sobre o vereador Júlio andar nos veículos da Prefeitura com motoristas da mesma. Que o vereador Júlio está ajudando a Prefeita na administração. Disse ainda que se encontra nos arquivos da Câmara desde o início do primeiro mandato da Prefeita um ofício da Promotoria de Justiça enviado ao então presidente da Câmara à época (Vereador Júlio) com recomendação para que o mesmo se abstenha de praticar condutas típicas de servidores ocupantes de cargos da estrutura do Poder Executivo Municipal, bem como se abstenha de utilizar de bens e serviços públicos municipais de forma distinta em relação aos demais administrados. O Vereador Herculano falou que o ofício de informação solicitado pelo vereador Ronildo não foi respondido pela Prefeita. A Prefeita falou que esteve pessoalmente com vereador Ronildo e qualquer duvida que ele tiver poderá tirar com ela. Com relação a isso a prefeita falou que o vereador Ronildo seria testemunha do quanto de lucro que a prefeitura tem quando o vereador Júlio está lá. Disse que nenhum vereador ainda, se dedicou a dar uma ajuda na Prefeitura de voluntário, de chegar a ir ao posto ou na policlínica. A prefeita falou que não tem que implicar com algo que está somando, que temos que implicar com algo que diminui para o município. A prefeita comentou que muitas das vezes o trator deixa de sair por uma peça boba e como o vereador Júlio entende de máquina ele está lá deitado debaixo do trator, sujo de óleo para tentar mostrar qual o defeito do mesmo. A prefeita deixou claro que tem procurar somar. O vereador Herculano disse que quanto a questão apresentada, a Prefeita desconhece o principio da administração pública, principalmente o principio da legalidade, onde a administração publica faz o somente o que está dentro da lei. Ainda na sua fala o vereador Herculano comentou que não existe lei no município que diz que o vereador pode atuar

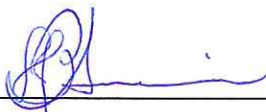
como executivo e é tanto que o Ministério Público já recomendou. O vereador pediu que constasse em ata a fala acima da Prefeita, onde ela atesta que o vereador Júlio pratica serviços no executivo municipal. A Prefeita questionou que disse que o vereador Júlio não pratica serviço, que ele apenas mostra aos funcionários os defeitos da máquina. A prefeita disse que o vereador Júlio não está pegando nada da prefeitura. O vereador Júlio disse que o vereador Herculano diverge as coisas, o mesmo aconteceu com o Código Tributário e Taxa de Iluminação Publica. Disse também que o vereador Herculano impôs palavras na boca da Prefeita. O vereador Herculano deixou claro para o vereador Júlio e para a Prefeita que eles tentaram articular para dificultar reeleição dele, onde lançaram sua irmã como candidata, mas que não conseguiram impedir sua reeleição. O vereador Herculano fez o compromisso que não vai estar na próxima legislatura quando encerrar este mandato. A prefeita disse que veio para esclarecer. Disse também que não obrigou ninguém a entrar de candidato a vereador. A prefeita ainda falou que estão precisando crescer um pouco, que tem gente nova chegando ao plenário e que venham com uma mentalidade diferente. O vereador Herculano disse que a Prefeita veio na hora imprópria, porque o Projeto já havia sido rejeitado, e que na Câmara tem o momento de discussão dos projetos, sendo que a Prefeita veio discuti-lo após a rejeição em plenário. A Prefeita agradeceu ao Presidente e disse que veio na hora errada, mas esclareceu sobre a Taxa de Iluminação Publica. O vereador Júlio deixou claro que quando sair nos carros agora pede ao vereador Ronildo para acompanhar O vereador Sebastião solicitou que fosse feita uma audiência publica com a Promotora, os vereadores e prefeita sobre a atuação de vereadores no executivo. Os vereadores concordaram e a Prefeita disse que não há problema em vir e que responderá qualquer duvida, mas deixa claro que devemos nos preocupar em somar para a cidade. Que de agora para frente trabalhe com uma mentalidade. O advogado Dr. Marcus disse para a prefeita que está na Câmara há cinco anos, que passou desde a administração do Ex prefeito Jéferson até o da atual prefeita Alcione. Informou que o parecer jurídico é técnico, fundamentado em lei, que é opinativo e que não induz o vereador a votar. Afirmou ainda que desde o primeiro dia se colocou à disposição de todos os vereadores para discutir projetos e emendas. Disse que será advogado de todos da Câmara. Falou ainda que na administração do Ex presidente Marcelo teve uma boa comunicação com o jurídico municipal. Disse que no Projeto não tinha a Taxa de Iluminação Publica. Que na reunião do dia 16 que se descobriu que não tinha e também não tinha parecer jurídico em 2016. Que fez um parecer jurídico. Que não havia indícios de ilegalidade, mas orienta que quando tem divergências de opiniões, que se peça vistas. Falou ainda que naquele dia não cabia mais vistas na Comissão de Finanças e que ligou para o advogado da Prefeitura. Que o mesmo não se encontrava e falou diretamente com a Prefeita e sugeriu a ela que o vereador Júlio pedisse a vista para ampliar a discussão. Disse que emitiu o parecer jurídico e o projeto foi para o plenário e o vereador é soberano em


10

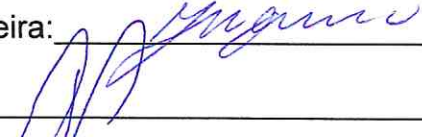
suas decisões. A Prefeita parabenizou o advogado, que foi verdadeiro no seu parecer jurídico e que realmente recebeu telefonema do advogado. E quando disse que usou de má fé foi porque a população pensou que no Projeto tinha a Taxa de Iluminação Pública. O vereador Alexsandro solicitou uma rampa na escada onde sobe para a casa do Sr. Carlos Cimiuro, pois a esposa do citado morador é cadeirante. O presidente completou dizendo que existe uma escadaria para os dois lados onde no meio existe uma garagem. A prefeita disse que assim que o engenheiro vier vai pedi-lo para dar uma olhada. O presidente questionou sobre o ofício do vereador Alexsandro, sobre as garagens na Rua José Januário de Lima, pois está sendo cobrado pela população. A prefeita respondeu que teve problemas com alguns moradores. Que foi denunciada. Disse que por semana recebe duas denúncias. O vereador Alexsandro questionou se os outros moradores podem fazer as garagens. A prefeita respondeu que não pode, pois foi denunciada, a exemplo da denúncia dos taxis da cidade, que está na justiça e não vai poder ser liberado sem o parecer da mesma. O vereador Sebastião questionou novamente sobre a audiência pública. A Prefeita respondeu ser totalmente a favor. Disse que gostaria que todo projeto que fosse votado na Câmara se fizesse uma audiência pública. O presidente disse que vai analisar a possibilidade da audiência. O vereador Herculano disse que tem que acolher o pedido do vereador Sebastião. Que são assuntos que tem que ser debatidos na audiência pública. Que é a oportunidade de convidar o Ministério Público a vir, e se tem denúncia é porque há indícios de irregularidade. Disse que é importante a convocação da audiência para discutir sobre o nepotismo, atuação de vereadores no executivo. A prefeita disse que vem se for uma coisa bem planejada. O presidente agradeceu a presença da Prefeita. O presidente pediu ao secretário que fizesse a leitura dos ofícios respondidos pela prefeita e entregou as cópias aos referidos vereadores. O presidente informou aos vereadores que respondeu ao vereador Júlio o ofício sobre a atualização dos subsídios solicitados por ele na ultima reunião e encaminhou outro para que ele possa dar um parecer sobre o cálculo dos subsídios dos vereadores no seu mandato. O presidente solicitou ao Secretário para fazer a leitura dos ofícios. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos vereadores e demais visitantes presentes, e em nome de DEUS e do Povo de Santo Antônio do Grama, declarou encerrada a sessão ordinária realizada no dia 21 (vinte e um) de março de 2017 (dois mil e dezessete). O Vereador Herculano Barboza Amorim, Secretário, solicitou que lavrasse a presente ata, que será lida na próxima reunião ordinária e se aprovada, será assinada pelo Presidente e demais vereadores presentes.

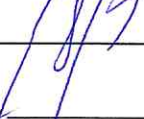
Vereador: Antônio Carlos Almeida Gomes (Presidente): 

Vereador: Alexsandro da Silva Sousa (Vice- Presidente): 

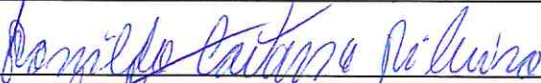
Vereador: Herculano Barboza Amorim (Secretário):  _____

Vereador: Jairo Henrique Simão:  _____

Vereador: José do Carmo Dias Pereira:  _____

Vereador: Júlio César Russo Lima:  _____

Vereador: Marcilo de Melo Ventura: _____

Vereador: Ronildo Caetano Ribeiro:  _____

Vereador: Sebastião Carlos Lopes:  _____

